



MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

AVISO

10ª Alteração ao Plano Diretor Municipal

Pedro Miguel César Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Almeirim:

Torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 89º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, que a Câmara Municipal de Almeirim, na sua reunião de 20 de abril de 2020, deliberou por maioria submeter a período de discussão pública a proposta da 10ª alteração do Plano Diretor Municipal de Almeirim.

Durante este período, os interessados poderão consultar os elementos aprovados em reunião de Câmara relativos ao presente procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal de Almeirim, na Divisão de Habitação e Urbanismo no edifício sede do Município, durante o horário de expediente ou no sítio da Internet do Município de Almeirim em www.cm-almeirim.pt.

Os interessados deverão apresentar as sugestões ou informações mediante exposição dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, devendo nesta constar a identificação e o endereço dos seus autores e a qualidade em que se apresentam.

Para constar se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo.

27 de abril de 2020 – O Presidente da Câmara Municipal, *Pedro Miguel César Ribeiro*.



1
2

DELIBERAÇÃO

-----Teresa Isabel de Matos Alexandre, Assistente Técnica da Câmara Municipal de Almeirim;-----
-----Certifica que:-----
-----Da acta da reunião realizada a vinte de abril de dois mil e vinte, consta a seguinte deliberação:-----
-----APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DE ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DA 10ª ALTERAÇÃO AO PDM DE ALMEIRIM-----
-----Proposta do Senhor Presidente:-----
-----"Considerando que:-----
-----Nos termos do disposto no artigo 119.º do RJGT, as alterações de planos territoriais seguem, com as devidas adaptações os procedimentos previstos para a sua elaboração, aprovação, ratificação e publicação, sendo objeto de acompanhamento indicado no artigo 86.º do citado diploma.-----
-----Em reunião do executivo de 04 de novembro 2019, foi deliberado desenvolver os passos necessários para aprovação da 10ª alteração ao PDM de Almeirim.-----
-----Foram obtidos os pareceres favoráveis da CCDR-LVT, ICNF e IAPMEI ao Relatório de Fundamentação da proposta da 10ª Alteração ao PDM de Almeirim, a qual consubstancia a alteração do artigo 5º do Regulamento do PDM, relativo às "Áreas para Equipamento e Atividades Diversificadas", de modo a clarificar o âmbito de aplicação da norma relativamente aos usos e atividades admissíveis;-----
-----De acordo com o artigo 89º do DL 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), "Concluído o período de acompanhamento e, quando for o caso, decorrido o período adicional de concertação, a câmara municipal procede à abertura de um período de discussão pública, através de aviso a publicar no Diário da República e a divulgar através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio na Internet, do qual consta o período de discussão, a forma como os interessados podem

apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, as eventuais sessões públicas a que haja lugar e os locais onde se encontra disponível a proposta, o respetivo relatório ambiental, o parecer final, a ata da comissão consultiva, os demais pareceres emitidos e os resultados da concertação."-----

-----Neste sentido, e na sequência dos procedimentos já desenvolvidos, propõe-se a abertura do período de discussão pública para a referida alteração (10ª) ao PDM de Almeirim, de acordo com artigo 89.º do RJIGT e dos documentos que se anexam.-

-----Mais se propõe que a presente proposta seja aprovada em minuta, para imediata produção de efeitos, nos termos do número 3 do artigo 57º do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação."-----

-----Posta a votação, foi a proposta aprovada por maioria e minuta, com os votos a favor do PS e a abstenção da CDU.-----

-----Por ser verdade e pedida, eu Teresa Isabel de Matos Alexandre, Assistente Técnica da Câmara Municipal de Almeirim, passo a presente que faço autenticar nos termos legais.-----

-----Paços do Concelho de Almeirim, vinte e um de Abril de dois mil e vinte.-----

A Assistente Técnica

Teresa Isabel de Matos Alexandre

10ª Alteração ao Plano Diretor Municipal de Almeirim



RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO



ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO	3
2	ENQUADRAMENTO LEGAL.....	3
2.1	Plano Diretor Municipal	3
3	DISPENSA DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL	5
4	FUNDAMENTAÇÃO DA ALTERAÇÃO	7
4.1	Redação atual.....	9
4.2	Redação proposta.....	10
5	PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO.....	13
6	PROCEDIMENTO E FASEAMENTO DA ALTERAÇÃO	13

ANEXO I – Certidão relativa aos resultados da consulta pública



1 INTRODUÇÃO

O presente documento tem por objetivo fundamentar a **10ª alteração ao Plano Diretor Municipal (PDM) de Almeirim**, nos termos e para efeitos do n.º 3 do artigo 76º do RJIGT, e concretamente consubstanciar a justificação e objetivos da alteração da redação do **Artigo 5º do Regulamento do PDM**.

É intenção do Município proceder à atualização do artigo 5º do regulamento, relativa às “Áreas para Equipamento e Atividades Diversificadas”, de modo a clarificar o âmbito de aplicação da norma no âmbito dos usos e atividades admissíveis.

Neste sentido, cumprindo os requisitos previstos no RJIGT (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, a Câmara Municipal de Almeirim publicou em Diário da República n.º 225, de 22/11/19, a resolução aprovada em reunião camarária de 8 de novembro de 2019 onde foi deliberado:

- O início do procedimento da 10ª alteração do Plano Diretor Municipal de Almeirim (Aviso n.º 18778/2019).
- A abertura do período de participação previsto no n.º 2 do artigo 88º do RJIGT, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data de publicação do referido aviso.

E simultaneamente:

- A dispensa de Avaliação Ambiental Estratégica, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo n.º 120 do RJIGT, conjugado com o n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, na sua redação atual.

2 ENQUADRAMENTO LEGAL

2.1 Plano Diretor Municipal

O PDM de Almeirim foi ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 48/93 e publicado no Diário da República 1.ª série B, de 1/06/1993.



Posteriormente à sua publicação e no decorrer da evolução da situação social, cultural e ambiental, implícitas às opções iniciais, o PDM foi sujeito a um conjunto de procedimentos que motivaram as seguintes alterações:

- 1.^a alteração do seu regulamento pela Declaração n.º 406/2000 publicado no Diário da República 2.^a série — n.º 294 de 22/12/2000, retificada pela Declaração n.º 320/2003 e retificação n.º 1953/2003, publicado no Diário da República 2.^a série — n.º 245 de 22/10/2003;
- 2.^a alteração do seu regulamento por adaptação ao PROT-OVT pelo Anúncio n.º 6535/2010, publicado no Diário da República 2.^a série — n.º 203 de 12/07/2010;
- 3.^a alteração do seu regulamento pelo Anúncio n.º 9970/2010, publicado no Diário da República 2.^a série — n.º 203 de 19/10/2010;
- 4.^a alteração do seu regulamento pelo Anúncio n.º 11417/2010, publicado no Diário da República 2.^a série — n.º 230 de 26/11/2010, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2634/2010, publicada no Diário da República 2.^a série — n.º 247 de 23/12/2010;
- 5.^a alteração pelo Anúncio n.º 6442/2011, publicado no Diário da República 2.^a série — n.º 92 de 12/05/2011;
- 6.^a alteração pelo Anúncio n.º 62/2015, publicado no Diário da República 2.^a série — n.º 70 de 10/04/2015;
- 7.^a alteração do seu regulamento, 2.^a por adaptação ao PROT-OVT, pelo Anúncio n.º 194/2015, publicado no Diário da República 2.^a série — n.º 158 de 14/08/2015;
- 8.^a alteração por adaptação pelo Anúncio n.º 163/2017 publicado no Diário da República 2.^a série — n.º 180 de 18/09/2017 e;
- 9.^a alteração pelo Anúncio n.º 16/2019 publicado no Diário da República 2.^a série — n.º 13 de 18/01/2019.

No presente momento, está a decorrer a revisão do Plano Diretor Municipal de Almeirim, cujo Aviso n.º 4441/2006 foi publicado em Diário da República, 2.^a série — n.º 197 de 12/10/2006.



3 DISPENSA DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL

No que diz respeito à Avaliação Ambiental, considera-se que a alteração será dispensada do procedimento, por não alterar na essência o regime do uso do solo vigente, e por manter normas que salvaguardam possíveis efeitos significativos no ambiente, nos termos do n.º 1 do Art.º 120º do RJIGT.

De facto, considerando a alteração que se pretende implementar, **não se verifica que esta seja suscetível de cumprir os critérios de determinação da probabilidade de efeitos significativos no ambiente**, atendendo ao anexo do DL. n.º 232/2007, de 15 de junho (Regime de Avaliação de Planos e Programas):

Tabela 1 – Critérios definidos no Anexo do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho para efeitos de eventual sujeição da Alteração do Plano Diretor Municipal a Avaliação Ambiental

Critérios de determinação da probabilidade de efeitos significativos no ambiente – Planos e Programas <i>(Número 1 do anexo do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho)</i>	Análise dos fatores descritos
O grau em que o plano ou programa estabelece um quadro para os projetos e outras atividades no que respeita à localização, natureza, dimensão e condições de funcionamento ou pela afetação de recursos.	Não aplicável
O grau em que o plano ou programa influencia outros planos ou programas, incluindo os inseridos numa hierarquia.	Não aplicável
A pertinência do plano ou programa para a integração de considerações ambientais, em especial com vista a promover o desenvolvimento sustentável.	Não aplicável
Os problemas ambientais pertinentes para o plano ou programa.	Não aplicável
A pertinência do plano ou programa para a implementação da legislação em matéria de ambiente.	Não aplicável



Critérios de determinação da probabilidade de efeitos significativos no ambiente – Impactes e da área suscetível de ser afetada <i>(Número 2 do anexo do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho)</i>	Análise dos fatores descritos
A probabilidade, a duração, a frequência e a reversibilidade dos efeitos	Não aplicável
A natureza cumulativa dos efeitos	Não aplicável
A natureza transfronteiriça dos efeitos	Não aplicável
Os riscos para a saúde humana ou para o ambiente, designadamente devido a acidentes	Não aplicável
A dimensão e extensão espacial dos efeitos, em termos de área geográfica e dimensão da população suscetível de ser afetada.	Não aplicável
O valor e a vulnerabilidade da área suscetível de ser afetada, devido a:	
<ul style="list-style-type: none"> i) Características naturais específicas ou património cultural; ii) Ultrapassagem das normas ou valores limite em matéria de qualidade ambiental; iii) Utilização intensiva do solo 	Não aplicável
Os efeitos sobre as áreas ou paisagens com estatuto protegido a nível nacional, comunitário ou internacional	Não aplicável

Dado que compete à entidade responsável pela elaboração do plano territorial, a qualificação das alterações quanto à matéria de sujeição a avaliação ambiental, e pelo exposto, considera-se que os fatores descritos não representam justificação para sujeição da alteração do PDM de Almeirim a Avaliação Ambiental.

4 FUNDAMENTAÇÃO DA ALTERAÇÃO

A presente proposta de alteração do artigo 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal (RPDM), relativo às “ÁREAS PARA EQUIPAMENTO E ATIVIDADES DIVERSIFICADAS”, foi despoletada no decurso da análise a um conjunto de pedidos de informação para a localização de atividades industriais de grandes dimensões, nomeadamente *fábrica de compostagem, produção de bebidas não alcoólicas e fabrico de materiais para a indústria automóvel*, que apresenta um conjunto de CAE's associados, cujo enquadramento na redação do artigo 5º gera dúvidas de compatibilização.

Estas dúvidas decorrem essencialmente do desajustamento da redação vigente face ao RJIGT e aos CAE, o que se traduziu num impasse técnico na apreciação do pedido de informação, e que se tem alargado a outros similares. O município reuniu com a CCDR-LVT (4/07/2019 e 6/01/2020) sobre este tema de modo a apurar a forma de resolução adequada.

Propõe-se assim com a presente alteração ao PDM, a clarificação do âmbito da aplicação da norma, relativamente aos usos e atividades admissíveis, nos termos atuais, nomeadamente relativamente ao RJIGT.

A redação proposta não limita simultaneamente a possibilidade de integrar outros usos, nomeadamente serviços e equipamentos, desde que em cumprimento com a restante legislação em vigor.

É fundamental ainda ter em consideração que esta alteração vai proporcionar a possibilidade de localização de uma oferta inovadora e atrativa no município, com atividades diversificadas, numa área de aproximadamente 180 ha, que criará simultaneamente mais empregos, e dinamismo no concelho de Almeirim e municípios adjacentes.

Simultaneamente a localização estratégica próxima da periferia imediata do perímetro urbano da cidade de Almeirim e dos principais eixos distribuidores de tráfego de passageiros e mercadorias – próximo do nó de ligação entre a A13 e o IC10 (e do previsto Itinerário Complementar da Estremadura e Ribatejo) – é um fator impulsionador para a afirmação da competitividade económica da região,



www.eed.pt

Espaço & Desenvolvimento
Estudos e Projetos, Unipessoal Lda
Av. Miguel Bombarda, 42, 4ºB
1050-166 Lisboa
t. [+351] 939105912
global@eed.pt

em articulação com as redes de transportes e logística municipais, regionais e nacionais (**Figura 1**).

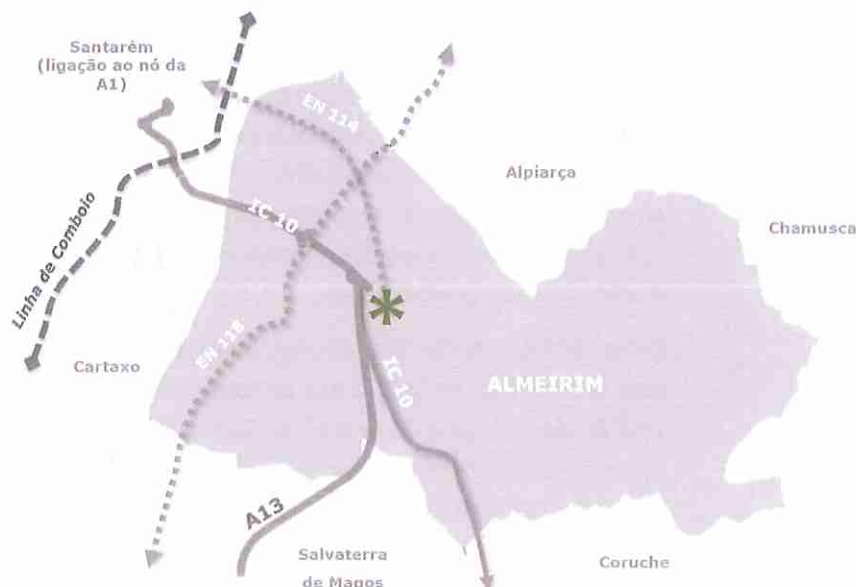


Figura 1 – Localização da alteração

Neste sentido, a alteração ao artigo 5º torna-se necessária face ao relevante interesse público que esta “Área para Equipamento e Atividades Diversificadas” representa no âmbito local, regional e nacional.

No seguimento do disposto nos Termos de Referência, urge clarificar a ambiguidade das atividades admitidas neste espaço, e as consequentes dúvidas na sua interpretação, que têm dificultado a apreciação de pedidos de informação.

Ora, a classe de espaço que se pretende alterar pressupõe um enquadramento na legislação vigente à data da elaboração do PDM de Almeirim, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março e demais alterações, em **espaço industrial**.

Concorre simultaneamente para esta leitura a redação final do artigo 5º do próprio RPDM, publicado em Diário da República 1.ª série B, de 1/06/1993, pela presença de índices e parâmetros urbanísticos para a edificação, pressupondo o reconhecimento da orientação para o processo de urbanização e edificação.

Pela proximidade ao perímetro urbano e à área de solo afeta a espaço-canal prevista para o desenvolvimento do futuro IC3, e reanalisados todos os pressupostos, admite-se que a área em questão assenta na classificação de **solo urbano**, e como tal coincide com um enquadramento na legislação em vigor, nomeadamente da alínea c) do art.º 25º, do Decreto-Regulamentar n.º 15/2015:

Espaços de atividades económicas, correspondendo a áreas que se destinam preferencialmente ao acolhimento de atividades económicas com especiais necessidades de afetação e organização do espaço urbano, nomeadamente atividades industriais, de armazenagem e logística, comércio e serviços.

A área a que se refere o art.º 5º, é atravessada pela Estrada Nacional n.º 114 (EN 114), e por diversas linhas de água, integradas em REN.

A proposta de redação referente a esta alteração, reflete e engloba estes conceitos descritos na definição legal, e converge assim também com os trabalhos de revisão do PDM em curso.

4.1 Redação atual

Art.º 5º - Área para Equipamento e Atividades Diversificadas

1. Destina-se esta zona à instalação de equipamento destinado a servir, não só a população do Concelho, mas também, eventualmente a dos Concelhos vizinhos, tais como, hipermercado(s), mercado abastecedor de produtos agrícolas, armazéns grossistas, terminais de transportes de mercadorias, entrepostos comerciais, hotéis ou outros equipamentos de grande dimensão.
2. Os equipamentos a instalar obedecerão aos regulamentos próprios da sua área e às seguintes condições:
 - a. Número de aparcamentos proporcional à sua utilização e em número mínimo a fixar pela Câmara para cada caso, se não estiver determinado no regulamento próprio.
 - b. Acesso a partir de vias públicas em condições de servir convenientemente os utentes sem prejudicar o trânsito nestas.
 - c. Distância mínima às vias públicas de acordo com o estipulado nos regulamentos dessas vias.



- d. A área mínima do lote é de 1500 m², sendo os índices máximos de ocupação e de impermeabilização em relação ao lote respetivamente 0.60 e 0.70 e a altura máxima permitida das construções 12,5 m, salvo em casos de instalações especiais devidamente justificadas.
 - e. Plantação de cortina verde envolvente, exceto no caso em que prejudique a utilização do equipamento, com área não inferior a 10% da superfície do lote.
 - f. Instalação de infraestruturas e reforço eventual das existentes a cargo das entidades gestoras dos empreendimentos.
 - g. Os equipamentos propostos para esta área ficarão sujeitos ao Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental sempre que, pela sua especificidade, a legislação em vigor assim o imponha.
3. As instalações a fixar nesta área, deverão ter características não poluentes.

4.2 Redação proposta

Art.º 5º - Área para Equipamento e Atividades Diversificadas

- 1. A zona de atividades económicas diversificadas constitui-se como perímetro urbano nos termos do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março e demais alterações.
- 2. Destina-se esta zona à instalação de atividades industriais ou económicas de dimensão relevante, destinadas a servir a população municipal, regional e/ou nacional, onde também se podem incluir atividades como armazenagem, logística, comércio, serviços e ligadas ao aproveitamento e transformação de produtos agrícolas, pecuários, florestais, que concorrem para promover as características de multifuncionalidade que se pretende para o espaço.
- 3. As atividades a instalar obedecerão aos regulamentos próprios da sua área e às seguintes condições:
 - a. Número de aparcamentos proporcional à sua utilização e em número mínimo a fixar pela Câmara para cada caso, se não estiver determinado no regulamento próprio.



- b. Acesso a partir de vias públicas em condições de servir convenientemente os utentes sem prejudicar o trânsito nestas.
 - c. Distância mínima às vias públicas de acordo com o estipulado nos regulamentos dessas vias.
 - d. A área mínima do lote é de 1500 m², sendo os índices máximos de ocupação e de impermeabilização em relação ao lote respetivamente 0.60 e 0.70 e a altura máxima permitida das construções 12,5 m, salvo em casos de instalações especiais devidamente justificadas.
 - e. Plantação de cortina verde envolvente, exceto no caso em que prejudique a utilização do equipamento, com área não inferior a 10% da superfície do lote.
 - f. Instalação de infraestruturas e reforço eventual das existentes a cargo das entidades gestoras dos empreendimentos.
 - g. Os equipamentos propostos para esta área ficarão sujeitos ao Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental sempre que, pela sua especificidade, a legislação em vigor assim o imponha.
4. **As instalações a fixar nesta área não deverão ter características poluentes ou dar origem à produção de resíduos que afetem negativamente as condições de salubridade.**

Tabela 2 – Resumo comparativo da adequação normativa do artigo 5º

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA
<i>(Redação atual do artigo 5º: Publicado em Anúncio n.º 9970/2010, Decreto-Lei n.º 203, de 19 de outubro de 2010)</i>	
1. Destina-se esta zona à instalação de equipamento destinado a servir, não só a população do Concelho, mas também, eventualmente a dos Concelhos vizinhos, tais como, hipermercado(s), mercado abastecedor de produtos agrícolas, armazéns grossistas, terminais de transportes de mercadorias, entrepostos comerciais, hotéis ou outros equipamentos de grande dimensão.	1. A zona de atividades económicas diversificadas constitui-se como perímetro urbano nos termos do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março e demais alterações.
2. Os equipamentos a instalar obedecerão aos regulamentos próprios da sua área e às seguintes condições:	2. “Destina-se esta zona à instalação de atividades industriais ou económicas de dimensão relevante, destinadas a servir a população municipal, regional e/ou nacional, onde também se podem incluir atividades como armazenagem, logística, comércio, serviços e ligadas ao aproveitamento e transformação de produtos agrícolas, pecuários, florestais, que concorrem para promover as características de multifuncionalidade que se pretende para o espaço”.
a. Número de aparcamentos proporcional à sua utilização e em número mínimo a fixar pela Câmara para cada caso, se não estiver determinado no regulamento próprio.	Mantém-se a redação
b. Acesso a partir de vias públicas em condições de servir convenientemente os utentes sem prejudicar o trânsito nestas.	
c. Distância mínima às vias públicas de acordo com o estipulado nos regulamentos dessas vias.	
d. A área mínima do lote é de 1500 m², sendo os índices máximos de ocupação e de impermeabilização em relação ao lote respetivamente 0.60 e 0.70 e a altura máxima permitida das construções 12,5 m, salvo em casos de instalações especiais devidamente justificadas.	
e. Plantação de cortina verde envolvente, exceto no caso em que prejudique a utilização do equipamento, com área não inferior a 10% da superfície do lote.	
f. Instalação de infraestruturas e reforço eventual das existentes a cargo das entidades gestoras dos empreendimentos.	
g. Os equipamentos propostos para esta área	



REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA
<i>(Redação atual do artigo 5º: Publicado em Anúncio n.º 9970/2010, Decreto-Lei n.º 203, de 19 de outubro de 2010)</i>	
ficarão sujeitos ao Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental sempre que, pela sua especificidade, a legislação em vigor assim o imponha.	
3. As instalações a fixar nesta área, deverão ter características não poluentes.	4. As instalações a fixar nesta área não deverão ter características poluentes ou dar origem à produção de resíduos que afetem negativamente as condições de salubridade.

5 PONDERAÇÃO DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO

Nos termos do n.º 1 do artigo 76º e do n.º 2 do artigo 88º do RJIGT, a Câmara Municipal de Almeirim procedeu à abertura de um período de participação, que decorreu entre 22 de novembro e 13 de dezembro, para a formulação de sugestões e apresentação de informações sobre questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de alteração.

Desse período de participação não resultou qualquer pedido de esclarecimento, informação ou reclamação, conforme consta da certidão relativa aos resultados da consulta pública, Anexo I ao presente relatório.

6 PROCEDIMENTO E FASEAMENTO DA ALTERAÇÃO

De acordo com o RJIGT e os pressupostos da alteração, podem-se considerar 7 fases até à sua eficácia, elencados de acordo a seguinte estrutura, sobre a qual para efeitos de atualização e acompanhamento, indicamos as etapas concretizadas e as respetivas datas.

TRABALHOS PREPARATÓRIOS E DELIBERAÇÃO:

- **Definição da oportunidade e dos termos de referência** da proposta de Alteração ao PDM (outubro 2019).



- Fundamentação da (não) qualificação da Alteração ao PDM a **Avaliação Ambiental** (RJAAPP, Art. 3º nº 1 e 2) (outubro 2019).
- **Deliberação** camarária que determina a alteração do PDM (4/11/2019)
- Publicação da deliberação camarária **Diário da República** (22/11/2019) e abertura de **participação** inicial (de 22 a 13/12 de 2019).

ELABORAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO PDM:

- Elaboração do Relatório de Fundamentação da Proposta de Alteração (RFPA) e ponderação dos resultados da participação
- Agendamento de reunião técnica prévia com a CCDR-LVT sobre o RFPA.
- Apresentação da proposta à CCDRLVT.
- Emissão de parecer da CCDR, eventual revisão do RFPA e nova apresentação - **Presente fase.**
- Conferência Procedimental (prevista no artigo 83º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio).
- Aprovação por parte da CCDRLVT.

PARTICIPAÇÃO

- Publicação de aviso de Período de Discussão Pública – 30 dias.
- Relatório de Ponderação e eventuais respostas a particulares.
- Divulgação dos resultados da discussão pública.

VERSÃO FINAL

- Elaboração da versão final do RFPA.
- Apresentação da proposta à CCDRLVT e emissão de parecer final - não vinculativo - a enviar à CM e AM em 10 dias.

APROVAÇÃO

A CM envia o RFPA à AM que discute e aprova a alteração ao PDM.

RATIFICAÇÃO



Recebida a proposta de ratificação, o membro do Governo responsável pela área do ordenamento do território solicita, à CCDR-LVT parecer fundamentado, a emitir no prazo de 15 dias).

PUBLICITAÇÃO

A CM envia a proposta para publicação - O procedimento administrativo subsequente à conclusão da elaboração do PDM deve ser concretizado de modo a que, entre a respetiva aprovação e a publicação no DR, medeiem os seguintes prazos máximos: PDM - 60 dias

As alterações ao PDM são objeto de acompanhamento, nos termos do disposto no artigo 86º, com as devidas adaptações (n.º 2 do artigo 119º). Deste modo, o acompanhamento é facultativo e a câmara municipal solicita o acompanhamento que entender necessário.

Lisboa, Março de 2020





www.eed.pt

Espaço & Desenvolvimento
Estudos e Projetos, Unipessoal Lda
Av. Miguel Bombarda, 42, 4ºB
1050-166 Lisboa
t. [+351] 939105912
global@eed.pt

ANEXOS

Anexo 1

Certidão relativa aos resultados da consulta pública







Município de Almeirim

CERTIDÃO

----- José dos Santos David, Fiscal Municipal da Câmara Municipal de Almeirim. -----

----- Certifica, para efeitos do artigo oitenta e oito, do Decreto-Lei número oitenta, barra, dois mil e quinze, de catorze de Maio, que, no prazo de quinze dias úteis, contados da data de publicação do Aviso número dezoito mil setecentos e setenta e oito, barra, dois mil e dezanove, publicado no Diário da República, segunda série, número duzentos e vinte e cinco, de vinte e dois de Novembro de dois mil e dezanove, que esteve disponível para consulta na Divisão de Habitação e Urbanismo da Câmara Municipal de Almeirim, os elementos aprovados em reunião de Câmara relativos ao procedimento da décima alteração do Plano Director Municipal de Almeirim. -----

----- Mais certifica, que não foi apresentado, neste serviço, onde ficaram disponíveis para consulta os elementos constituintes do respectivo processo de alteração, qualquer reclamação, observação sugestão, ou pedido de esclarecimento. -----

----- E por ser verdade e pedida passo a presente, que assino e faço autenticar com o selo branco em uso nesta edilidade. -----

----- Almeirim, aos dezasseis dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezanove. -----

O Fiscal Municipal,

Proposta de 10.^a alteração ao PDM de Almeirim

- Documento sintetizando as apreciações feitas pelas entidades convocadas para a conferência procedimental, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 119.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio (RJIGT)

1. INTRODUÇÃO

A 2 de março de 2020 a Câmara Municipal de Almeirim (CMA) solicitou a esta CCDR, através da PCGT, a realização da conferência procedimental (CP) sobre a proposta de 10.^a Alteração ao PDM de Almeirim.

A 3 de março de 2020 a CCDR, através da PCGT, convocou o IAPMEI, a DRAPLVT, as IP, o ICNF e a ANEPC para a CP a realizar no dia 26 de março.

No entanto, considerando as medidas decretadas pelo Governo face à Pandemia Covid-19, a 16 de março, a CCDR enviou a todas as entidades, através da PCGT, a seguinte mensagem:

Em virtude da atual situação de pandemia de Covid-19 foram decretadas pelo Governo diversas medidas destinadas à contenção do vírus, globalmente recomendando a diminuição dos contactos presenciais, sem que tal prejudique adequados níveis de funcionamento das entidades públicas.

Consequentemente foi suspenso o atendimento presencial em todas as instalações da CCDR LVT e com referência a todos os serviços deste organismo.

Neste contexto não poderá realizar-se a conferência procedimental relativa à proposta de 10.^a alteração ao PDM de Almeirim, agendada para o próximo dia 26.

Contudo, sendo possível utilizar meios eletrónicos e visando não atrasar este procedimento, sugere-se que sejam inseridas nesta PCGT todas as apreciações.

Neste contexto, e conforme determinado pela Sra. PCCDR por despacho interno de 26 de março de 2020, elabora-se um documento com a identificação das entidades e o sentido final das respetivas posições, bem como a conclusão sobre a sequência deste procedimento.

2. PARECERES EMITIDOS

Consultada a PCGT no dia 30 de março de 2020 verifica-se que foram inseridos os pareceres da CCDR-LVT, do IAPMEI, das IP e do ICNF.

A DRAPLVT e a ANEPC, até à data não se pronunciaram, entendendo-se que estas entidades nada têm a opor à proposta de 10.ª alteração ao PDM de Almeirim, conforme disposto no n.º 3 do artigo 84.º do RJIGT.

Relativamente aos pareceres emitidos verifica-se que:

A CCDR-LVT

Transcreve-se a conclusão do parecer: *“Da análise feita à proposta de alteração ao artigo 5.º do Regulamento do PDM de Almeirim, verifica-se que são genericamente respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis não havendo qualquer desconformidade com planos ou programas supramunicipais, pelo que se emite parecer favorável para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 119.º do RJIGT.*

Deverá a Câmara Municipal de Almeirim promover a correção dos lapsos indicados no desenvolvimento da proposta.

Este parecer será transmitido na Conferência Procedimental a realizar no próximo dia 26 de março e fica condicionado a qualquer questão legal que venha a ser colocada pelas entidades consultadas no âmbito das suas competências, até à data da citada reunião.”

O IAPMEI comunicou:

“Na sequência dos elementos disponibilizados na PCGT pela Câmara Municipal de Almeirim, e do envio do email da CCDRLVT, em 03.03.2020, solicitando a emissão de parecer sobre os elementos inseridos na Plataforma, somos a informar que, analisada a proposta de alteração de natureza regulamentar, nada temos a opor ao desenvolvimento da mesma, que visa dar resposta à procura de áreas para o acolhimento de atividades industriais.”

As IP informaram:

“ ... Assim, na sequência dos elementos apresentados para análise, considera-se nesta fase nada temos a obstar quanto ao pedido de alteração efetuado.

No entanto, existe a necessidade de salvaguardar que, caso haja lugar a intervenções/alterações que interfiram com a rede viária na jurisdição desta empresa, as mesmas deverão ser objeto de estudo específico e de pormenorizada justificação, devendo os respetivos projetos cumprir as disposições legais e normativas aplicáveis em vigor e, ser previamente submetidos a parecer e aprovação das entidades competentes para o efeito, designadamente da Infraestruturas de Portugal, S.A. enquanto concessionária geral da rede rodoviária”.

O ICNF conclui

“Face ao exposto, no âmbito das competências do ICNF, uma vez que nas áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública se aplicam os respetivos regimes jurídicos, que prevalecem sobre o regime de uso do solo aplicável por força do PDM, prevalecendo, em caso de incompatibilidade, sobre as regras previstas para o uso do solo, e de acordo com a informação disponibilizada, a proposta da 10.ª Alteração do PDM de Almeirim merece acolhimento deste Instituto devendo ser assegurado o cumprimento de:

- *Legislação relativa ao Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Decreto Lei 124/2006, de 28 de junho, republicado pela Lei n.º 76/2017 de 17 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 14/2019 de 21 de janeiro;*
- *Regime jurídico de proteção de sobreiro e da azinheira (Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho);*

Assim, emite-se parecer favorável à 10.ª Alteração do PDM de Almeirim que consiste na clarificação do art.º 5.º e respetiva adaptação ao RJIGT e DR n.º 15/2015, assim como à proposta de isenção de AAE, nos termos propostos.”

Em síntese todas as entidades que se pronunciaram emitiram parecer favorável alertando para a necessidade de retificar alguns lapsos e de acautelar o respeito pelas disposições legais relativas a servidões e restrições de utilidade pública.

3. SEQUÊNCIA DO PROCESSO

Considerando o sentido dos pareceres emitidos, sobre a Proposta de 10.ª Alteração ao PDM de Almeirim, não haverá lugar à fase de concertação, podendo a Câmara Municipal, acauteladas as retificações e observações mencionadas, dar a devida sequência ao processo, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio (RJIGT).

DSOT | DOT
31MAR2020



MUNICÍPIO DE ALMEIRIM

Aviso n.º 18778/2019

Sumário: 10.ª alteração do PDM de Almeirim.

10.ª Alteração ao Plano Diretor Municipal de Almeirim

Pedro Miguel César Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Almeirim:

Torna público, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 76.º e 119.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que a Câmara Municipal de Almeirim, na sua reunião ordinária pública de 4 de novembro de 2019, deliberou aprovar por maioria iniciar o procedimento da 10.ª alteração do Plano Diretor Municipal de Almeirim.

O prazo estimado para a conclusão presente alteração do PDM é 6 meses.

No âmbito do mesmo procedimento, foi ainda deliberado dar início ao período de participação previsto no n.º 2 do artigo 88.º do RJIGT pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*, para formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas.

Durante este período, os interessados poderão consultar os elementos aprovados em reunião de Câmara relativos ao presente procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal de Almeirim, na Divisão de Habitação e Urbanismo no edifício sede do Município, durante o horário de expediente ou no sítio da Internet do Município de Almeirim em, www.cm-almeirim.pt

Os interessados deverão apresentar as sugestões ou informações mediante exposição dirigida ao Presidente da Câmara Municipal, devendo nesta constar a identificação e o endereço dos seus autores e a qualidade em que se apresentam.

Finalmente foi ainda deliberado dispensar esta alteração do Plano Diretor Municipal do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo n.º 120.º do RJIGT, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de junho, na sua redação atual.

Para constar se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo.

8 de novembro de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Pedro Miguel César Ribeiro*.

Teresa Isabel de Matos Alexandre, Assistente Técnica da Câmara Municipal de Almeirim;
Certifica que:

Da ata da reunião realizada a quatro de novembro de dois mil e dezanove, consta a seguinte deliberação:

Apreciação e Aprovação de Abertura de Período de Discussão Pública da 10.ª Alteração ao PDM de Almeirim

Proposta do Senhor Presidente:

“Considerando que:

De acordo com o Termos de Referência anexos à presente proposta, é intenção do Município proceder à atualização do artigo 5.º do Regulamento do PDM, relativo às “Áreas para Equipamento e Atividades Diversificadas”, de modo a clarificar o âmbito de aplicação da norma relativamente aos usos e atividades admissíveis.

A alínea a) do 2.º do artigo 115.º do DL 80/2015, de 14 de maio (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial) dispõe que a alteração dos programas e dos planos territoriais incide sobre o normativo e ou parte da respetiva área de intervenção e pode decorrer da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais subjacentes e que fundamentam as opções definidas no programa ou no plano.



Nos termos do disposto no artigo 119.º do RJIGT, as alterações de planos territoriais seguem, com as devidas adaptações os procedimentos previstos para a sua elaboração, aprovação, ratificação e publicação, sendo objeto de acompanhamento indicado no artigo 86.º,

Propõe-se assim, o seguinte faseamento:

- a) Deliberação da Câmara Municipal que determina a alteração do PDM e abertura de período de participação inicial;
- b) Período de participação inicial;
- c) Elaboração da proposta de alteração do Plano;
- d) Participação das entidades externas e discussão pública — parecer CCDRLVT;
- e) Deliberação da CM para abertura do período de discussão pública;
- f) Período de discussão pública;
- g) Deliberação da CM sobre os resultados da discussão pública e envio do Plano para aprovação da Assembleia Municipal;
- h) Aprovação da alteração do Plano na Assembleia Municipal.

Propõe-se o prazo máximo de seis meses para a entrada em vigor da alteração, prorrogável por igual período de acordo com n.º 6 do artigo 76.º do RJIGT.

Mais se propõe que a presente proposta seja aprovada em minuta, para imediata produção de efeitos, nos termos do número três do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”

Proposta aprovada por maioria e minuta, com os votos a favor do PS e a abstenção da CDU.

Por ser verdade e pedida, eu Teresa Isabel de Matos Alexandre, Assistente Técnica da Câmara Municipal de Almeirim, passo a presente que faço autenticar nos termos legais.

6 de novembro de 2019. — A Assistente Técnica, *Teresa Isabel de Matos Alexandre*.

612748715